

## EDITORIAL

Apresentamos a edição de agosto de 2021 (v. 16, n. 2) da Revista do Direito Público.

Esta edição é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados ao ativismo judicial, responsabilidade civil ambiental, direitos humanos, direito à privacidade, pan-principiologismo, Direito Administrativo, Constitucional, Tributário e Direito do Trabalho.

Em relação ao Direito Administrativo, o trabalho “*A consensualidade na Administração Pública face ao novo paradigma do Direito Administrativo*” analisa as mudanças paradigmáticas no Direito Administrativo após a Constituição Federal de 1988, com enfoque na consensualidade da Administração Pública.

Outro trabalho desta área, “*O compliance na Administração Pública: a realidade brasileira submetida a normas de integridade*”, aborda a aplicabilidade do instituto *Compliance* pela Administração Pública frente à realidade brasileira atual, apresentando um balanço dos cinco anos desde a promulgação da Lei Anticorrupção brasileira.

Explorando a temática do Direito Ambiental, o trabalho “*Responsabilidade civil ambiental do Estado por omissão e o princípio do poluidor-pagador*” propõe a análise sobre responsabilidade civil do Estado em matéria ambiental, aferindo-lhe uma natureza pautada na culpa, em contraponto ao principal responsável que se beneficiou do dano ou causou diretamente um prejuízo.

O estudo “*Ativismo judicial: uma análise do papel do Poder Judiciário no cenário brasileiro contemporâneo*” reflete a respeito os efeitos trazidos pelo ativismo judicial ao Estado Democrático de Direito, analisando a lesão ao princípio da separação dos poderes diante das recentes decisões do Supremo Tribunal Federal.

No estudo do Direito Constitucional, o artigo “*Princípios constitucionais da ordem econômica enquanto instrumento de equilíbrio entre os direitos humanos e o desenvolvimento econômico nacional*” discute a importância da conciliação entre direitos econômicos e sociais a fim de promover o real desenvolvimento nacional, a fim de impedir que abusos ocorram em prol do mercado, violando o bem-estar coletivo.

Por sua vez, o trabalho “*Direito fundamental à privacidade e publicação nominal dos vencimentos de servidor público: análise do entendimento do STF no RE n. 652.777/SP*” examina os fundamentos adotados na referida decisão que fixou tese de repercussão geral sobre a publicação dos nomes dos servidores da Administração Pública e seus

respectivos vencimentos, e discute se foram reconhecidos todos os princípios constitucionais e direitos fundamentais envolvidos.

Outrossim, o artigo “*Emenda da vaquejada’: Efeito backlash e o controle de constitucionalidade da emenda constitucional nº 96/2017*” analisa a constitucionalidade da emenda em questão, utilizando a análise jurisprudencial do STF sobre a vedação de submissão dos animais à crueldade.

Ainda sobre o tema, contudo, com cerne voltado ao processo, o estudo “*Pan-principiologismo, metajuridicidade e segurança jurídica: uma análise à luz do art. 27 da Lei 9.868/1999*” investiga o pan-principiologismo como técnica processual e critério regente para a fundamentação das decisões judiciais de mérito proferidas nas ações direta de inconstitucionalidade.

Na área do Direito do Trabalho, o estudo “*Crise estrutural do trabalho: do exército industrial de reserva à precarização das condições de trabalho e flexibilização de direitos*” tematiza a retórica do pleno emprego, as condições de precarização dos postos de trabalho existentes e as previsões e alterações legais que legitimam as condições precárias de trabalho.

O artigo “*O trabalho decente e a sustentabilidade: em busca de um reconhecimento socioambiental no Brasil.*” analisa a existência de relação entre sustentabilidade e trabalho decente, e a influência deste último na construção da sustentabilidade buscando o reconhecimento de uma política socioambiental no Brasil.

Ainda no Direito do Trabalho, o artigo “*Princípio da preservação da empresa versus princípio da proteção ao trabalhador: um ensaio hermenêutico*” debruça-se sobre o estudo dos aspectos gerais e os efeitos da aplicação do princípio da preservação da empresa, bem como sua importância para o desenvolvimento econômico nacional.

Com pauta no Direito Tributário e Empresarial, o estudo “*Planejamento empresarial e tributário de Startups: definições e características específicas*” aponta a necessidade de modernização de critérios de planejamentos que são utilizados por empresas tradicionais.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas, que analisam a obra “*Democracia em risco?*”, de Sérgio Abranches et. al. e o capítulo oito da obra “*O capital no Século XXI.*”, de Thomas Piketty.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso segundo volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti  
Agosto de 2021